



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES / 2025 - GPJI

1. Descrição da Necessidade da Contratação

DESCRIÇÃO
Necessidade de cumprimento da Resolução CNJ n. 344 /2020, que regulamenta o exercício do Poder de Polícia Administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial, art. 10, in verbis: " Art. 10. Os servidores da polícia judicial usarão uniformes do tipo operacional, traje social e de instrução padronizados, bem como brasão de identificação específico, definidos em ato próprio " e, necessidade de cumprimento da Resolução CNJ n. 379/2021, que dispõe sobre o uso e fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual para os Inspetores e para os Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário.

2. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

DESCRIÇÃO
O objeto do presente instrumento não se encontra previsto no Plano Anual de Contratações – 2025. Entretanto, a aludida aquisição faz-se necessário para atender as Resoluções CNJ n. 379, de 15 de março de 2021 , à regulamentação do Poder de Polícia Administrativa no âmbito do TRE/PI(Res. TRE/PI 432/2021, doc. 1504334), bem como à Resolução TRE/PI 478/2024 que transformou os cargos de Técnicos Judiciário Especialidade Transporte em Agente de Polícia Judicial.

3. Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO
A presente demanda esta alinhada ao Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, na missão de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional efetiva; nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, especialmente no tocante às ações que convergem com os propósitos da Política e do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário(Res. 435/2021, doc. 1371958) , à regulamentação do poder de polícia administrativa no âmbito do TRE/PI(Res. TRE/PI 432/2021, doc. 1504334) e ao Plano de Segurança Orgânica - PSO (Res. TRE/PI 401/2020) e, especialmente, nas Resoluções CNJ 344/2020 e 379/2021, que dispõe sobre o uso e o fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual aos Agentes da Polícia Judicial dos Tribunais Federais.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

DESCRIÇÃO

De acordo com a Resolução do CNJ n. 379/2021, é primordial o uso dos uniformes e acessórios de identificação visual para pronto reconhecimento dos Agentes da Polícia Judicial, bem como a funcionalidade de acordo com a natureza do Poder Judiciário. Considerando o quantitativo atual de cargos de Técnico Judiciário, Especialidade Agente de Polícia Judicial providos no Tribunal, atualmente 9 (nove), acrescido de 10% de reserva técnica, chegou a quantidade estimada. Os requisitos qualitativos descritos a seguir, estão de acordo com os padrões estabelecidos pelas Resoluções 379/2021 e 380/2019, do CNJ.

Quantitativos:

Grupo I- Itens de identificação (Kit individual)							
ITENS	ESPECIFICAÇÕES SINTÉTICAS	QUANTITATIVOS			Valor R\$		
		Fornecimento (unid)	Pedido Mínimo	Total	Unitário	Total mínimo	Total máximo
01	Distintivo Funcional da Polícia Judicial com porta distintivo funcional	Peça	03	09			
02	Insígnia de Polícia Judicial, de lapela	Peça	03	09			
03	Porta-documentos com Distintivo Funcional da Polícia Judicial	Peça	03	09			
Grupo II - Itens de uniforme tático (Kit individual)							
ITENS	ESPECIFICAÇÕES SINTÉTICAS	QUANTITATIVOS			Valor R\$		
		Fornecimento (unid)	Pedido Mínimo	Total	Unitário	Total mínimo	Total máximo
04	Gandola tática Polícia Judicial (cor preta)	un	27	30			
05	Camisa Polícia Judicial gola polo (cor preta)	un	27	30			
06	Camisa Polícia Judicial gola careca (cor preta)	un	27	30			
07	Short	un	09	13			
Grupo III - Itens de uniforme tático (Kit individual)							
ITENS	ESPECIFICAÇÕES SINTÉTICAS	QUANTITATIVOS			Valor R\$		
		Fornecimento (unid)	Pedido Mínimo	Total	Unitário	Total mínimo	Total máximo
08	Cinto de nylon com fivela (cor desert)	un	09	13			
09	Bota tática (cor desert)	par	18	24			
10	Calça tática (cor desert ou areia)	un	27	30			
11	Boné (cor preta)	un	03	06			

5. Levantamento de Mercado

DESCRIÇÃO
<p>A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:</p> <p>I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;</p> <p>II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;</p> <p>III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;</p> <p>IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.</p>

6. Estimativa do Valor da Contratação

DESCRIÇÃO

7. Descrição da Solução

DESCRIÇÃO

A utilização do Sistema de Registro de Preços é a melhor solução à presente aquisição, tendo em vista a possibilidade de garantir a competitividade, transparência e melhor atendimento às necessidades dos servidores deste Tribunal, sendo viável técnica e economicamente considerando a redução de custo em relação a contratações pontuais, por ganho em economia de escala e pela manutenção dos preços inicialmente contratados por um período de um ano ou mais.

8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Contratação

DESCRIÇÃO

- Optamos pelo parcelamento do objeto por ser tecnicamente viável. Dessa forma, os itens poderão ser adjudicados por licitantes diferentes em grupos, o que tende a propiciar contratações mais vantajosas, gerando economia de escala, quando comparada à adjudicação por item.
- Os itens foram agrupados em grupos, sendo levado em consideração a composição, os processos de fabricação, as práticas mercadológicas de comercialização e fornecimento, de forma a garantir um melhor aproveitamento do mercado fornecedor e assegurar a padronização das peças.
- A aquisição por item individualmente revela-se tecnicamente inviável, cujo procedimento poderá dificultar a padronização dos conjuntos de uniformes e trazer prejuízo à consecução integral do objeto.
- Seguiu-se, ainda, a orientação do artigo 40, §2º, da Lei 14.133/2021: “§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - O aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

DESCRIÇÃO

A contratação pretendida trará benefícios diretos aos servidores por garantir melhores condições para o desempenho de suas atividades, promovendo conforto, funcionalidade, padronização, uniformidade, facilidade na visualização do Operador de Segurança por estar ostensivo, cuja evidência proporcionará sensação de segurança aos magistrados, servidores, trabalhadores terceirizados, estagiários, auxiliares do juízo, advogados, jurisdicionados e visitantes que estiverem em quaisquer de suas dependências.

10. Providências a Serem Adotadas pela Administração

DESCRIÇÃO

Não foram observadas providências a serem tomadas pela Administração, previamente à celebração do contrato.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

DESCRIÇÃO

Não foi identificada contratação correlata e/ou interdependente, consideradas aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si.

12. Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

DESCRIÇÃO

- A presente aquisição observa a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do artigo 144, “caput”, da Lei 14133/2021;
- Que os produtos sejam produzidos sem trabalho escravo ou infantil e com respeito às normas trabalhistas;
- Que os produtos, preferencialmente, sejam produzidos com baixo consumo de recursos naturais, como água e energia, assim como menos poluentes e agressivos ao meio ambiente.

13. Posicionamento Conclusivo

DESCRIÇÃO

Tendo em vista todas as informações acima, declaramos que é viável a contratação para aquisição dos bens apresentados.

14. Estudo de Contratações Anteriores

DESCRIÇÃO
Nas Contratações Anteriores não foram identificadas inconsistências.

15. Análise de Riscos

DESCRIÇÃO
O documento que materializa a análise dos riscos, que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, segue através do evento _____

Teresina, 13 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Zoel de Castro Rosa**, **Técnico Judiciário**, em 25/07/2025, às 13:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002436324** e o código CRC **3F82A64C**.

0008491-71.2025.6.18.8000

0002436324v9

